

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu quero aqui, em primeiro lugar, parabenizar o governador Tarcísio de Freitas pelo pronto atendimento a todo aquele povo, a toda aquela população daquela região que muito sofreu. O primeiro projeto vindo aqui; tive o grande prazer de ser o relator desse projeto e de passar esse projeto aqui.

Quero agradecer a todos os deputados da esquerda, a todos deputados de centro, de direita, as colocações que foram feitas, algumas com exagero eu acredito, mas outras muito bem colocadas também, falando da posição do Sr. Governador.

Quero parabenizar o Xerife do Consumidor, o nosso líder do Governo aqui, que trouxe essa pauta. O primeiro projeto do governador Tarcísio de Freitas aprovado aqui, e muito me honra ter sido relator desse projeto.

Obrigado, presidente.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade de fazer uma comunicação. Dizer que nesta tarde e noite nós discutimos um assunto de extrema relevância e muito me honra fazer parte da Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana, criada nesta Casa por projeto de resolução de autoria da Mesa.

Dizer como foi importante a gente debater. E uma coisa é certa: se o assunto é relevante, se o assunto é importante, não tem questão ideológica. Não discutimos aqui questão ideológica. Nós discutimos um problema que, infelizmente, aconteceu no litoral norte de São Paulo, em São Sebastião, uma catástrofe, e que o Estado, através da CDHU, adotou as providências para desapropriar. Nós queríamos discutir - como fizemos - para entender.

Aqui é o Parlamento; é o local de “parlar”. É o local de dialogar; é o local da gente saber discutir. Não adianta trazer um projeto aqui: “Olhe, é isso e pronto, não vamos discutir”, senão não tem sentido esta Casa. Então parabéns aos pares. Parabéns aos colegas deputadas e deputados.

Nossa bancada votou a favor porque nós acreditamos que esse é o propósito, é fazer política pública. E minha solidariedade ao povo lá de São Sebastião, às famílias que perderam seus pertences e suas vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente, pelo Podemos.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Dr. Eduardo Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - PARA COMUNICAÇÃO - Queremos também, a bancada do Podemos - deputado Ricardo, deputado Gerson, deputado Helió, deputado Elton, deputada Clarice Ganem e eu, deputado Eduardo Nóbrega - parabenizar o governador Tarcísio, que em todos os momentos dessa tragédia esteve à frente comandando, como deve ser um grande líder, e com ações assertivas.

E essa é mais uma ação que o Governo do Estado de São Paulo faz na recuperação da tragédia de São Sebastião. Mas nós, da bancada do Podemos, queremos cumprimentar Vossa Excelência. Percebemos o seu empenho pessoal, o esforço que foi feito para que pudesse, na tarde e noite de hoje, chegarmos a esse resultado.

Então o povo daquela região, hoje, tem a certeza de que o presidente da Assembleia Legislativa trabalhou e muito ao lado de todos os deputados para que chegássemos a bom termo.

Parabéns, presidente André do Prado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, nobre deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiro, quero começar cumprimentando todos os deputados e deputadas que votaram favoráveis a esse projeto de suma importância para a população do litoral norte. Cumprimento o líder do Governo, o Xerife do Consumidor, e V. Exa. que pautou. Não é dos sonhos, mas é uma resposta ao longo desse processo. Nós vamos conseguir dar outras, deputado André do Prado.

Quero também, presidente, agradecer por ter incorporado uma emenda que atende as mulheres que são arrimo de família e que muitas vezes ficam desoladas num momento como este e, quando passa a ter um imóvel, é sempre aquele problema legal.

Então não, eu acho que se não tiver veto nessa subemenda será de grande valia para o projeto. O projeto tem grande valia, mas terá grande valia porque tem um olhar feminino também.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigada, Sra. Bebel.

Antes de dar sequência às comunicações, gostaria de convocar as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d” combinado com o Art. 45°, § 5º, ambos do Regimento Interno, para uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer a redação final ao Projeto de lei nº 92, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Dando sequência, então, com a palavra o nobre deputado Valdomiro.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, uma vitória da Assembleia como um todo na aprovação desse projeto, um projeto que veio lá do governador Tarcísio, muito importante.

Mas quero fazer uma lembrança aqui sobre a Comissão de Habitação, a sua criação e a sua importância, porque não é só, na verdade, mudar a visão que esse governo tem, que essa Assembleia tem dos futuros conjuntos habitacionais, dedicando, na verdade, grande parte do trabalho da Assembleia de São Paulo, da Comissão de Habitação para olhar exatamente essas populações de alto risco para não correr atrás do prejuízo, mas para fazer a prevenção, na verdade, e a retirada dessas pessoas das áreas de risco.

São Paulo é um estado importante, um estado rico que investe muito na Habitação, e nós vamos poder fazer um grande trabalho, podem ter certeza, Sr. Presidente. E parabéns pela sua condução dos trabalhos da votação célere desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigada, deputado Valdomiro.

Com a palavra o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, parabenizar também Vossa Excelência. Vossa Excelência agilizou a criação das comissões, as nomeações, a posse para a gente poder fazer um congresso de comissões para deixar esse projeto em condições de ser votado, como foi votado essa noite, por unanimidade.

Parabenizar todos os partidos, a Casa. Isso engrandece, porque é um projeto de suma importância para atender toda aquela região de São Sebastião, mas também de Ilha Bela, de Bertogiá, Caraguatatuba e Ubatuba, que eu conheço muito bem.

Queria parabenizar e ressaltar aqui, em nome da Minoria, dos partidos PSOL, Rede, PT, PCdoB e também do PDT. Enfim, parabenizar todos os deputados dessa Casa, um projeto importantíssimo, e quando tem unidade nessa Casa, mesmo havendo discussão, que precisa, a gente melhora o projeto, tanto é que foi acatada a emenda da Professora Bebel, a gente consegue melhorar aquilo que vem do Executivo ou melhorar aquilo que é iniciativa de um deputado.

Parabéns a V.Exa. e parabéns a todo o Parlamento paulista. O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigada, deputado Enio Tatto pelas considerações.

Faltam agora dois minutos, tem a palavra o deputado Vitão do Cachorrão.

O SR. VITÃO DO CACHORRÃO - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Vou ser breve.

Só quero dar parabéns ao presidente, a todos os amigos de todos os partidos pela aprovação desse projeto tão importante. A gente sabe de onde vem, de pessoas que moram na beira do córrego, do esgoto, e isso tem que se estender também para o interior, que tem muita gente ainda morando em área de risco, antes que aconteça o pior.

Parabéns por ser de São Sebastião, mas temos que pensar no nosso interior, de Sorocaba e toda a região para que não aconteça nunca mais isso.

Que Deus abençoe.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Permite, Sr. Presidente? Não posso deixar de parabenizar o líder do Governo, que deu toda atenção, não mediu esforços para conversar com todos os deputados, todos os líderes para a gente chegar a essa conclusão e aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Parabéns, líder do Governo.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Xerife do Consumidor.

Um minuto tem Vossa Excelência.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Quero parabenizar V.Exa., parabenizar toda a equipe, todos os deputados, todas as lideranças desta Casa, todos os deputados, por esse gesto de unidade tão importante para uma pauta tão importante, levando o Estado na presença do cidadão que mais precisa da presença do Estado.

Parabenizar o nosso governador Tarcísio de Freitas pela sensibilidade, Sr. Presidente, de saber que esse governo precisa e deve ser, e será um governo municipalista presente na vida dos cidadãos.

Parabenizar o líder, Altair, líder do nosso Republicanos, por ter sido relator desse importante primeiro projeto, projeto de fundamental importância para o estado de São Paulo. Na pessoa do nosso líder, Carlos Cezar, cumprimentar todas as bancadas, os líderes de todas as bancadas dessa Casa, que é a maior Casa da América Latina.

E dizer, Sr. Presidente, que a forma como V. Exa. vem conduzindo esta Casa muito nos dá orgulho, a todos nós, parlamentares. Como disse o nosso nobre deputado Enio Tatto, a formação das comissões, a pluralidade, a proporcionalidade, na medida do possível, prestigiando de forma muito democrática todos os deputados desta Casa.

Então parabéns a todos. Hoje, a vitória é para o estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigada, líder do Governo, deputado Xerife do Consumidor.

Nada mais havendo, esgotada a presente sessão, está levantada.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.

- É inserida questão de ordem não lida em plenário.

QUESTÃO DE ORDEM Nº_____, DE 2023, apresentada em plenário na 26ª Sessão Ordinária, em 25 de abril de 2023

Ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,

De autoria do Deputado Gil Diniz-PL, a presente questão de ordem, com fundamento nos artigos 260 e 261 da Resolução - ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, que estabelece o Regimento Interno desta Casa, tem por objetivo obter de Vossa Excelência, no uso de suas competências regimentais, o esclarecimento de uma dúvida a respeito da interpretação do artigo 286 do Regimento Interno desta Casa.

Prescreve este dispositivo que:

Artigo 286 - As Deputadas e Deputados deverão comparecer às Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa, bem como às Sessões das Comissões Permanentes e Parlamentares de Inquérito, decentemente trajados, vestindo os parlamentares do sexo masculino terno e gravata.

Parágrafo único - A Deputada ou Deputado que descumprir a exigência deste artigo não poderá permanecer no Plenário. [grifos nossos]

Apresentam-se as seguintes dúvidas a respeito de sua interpretação:

Qual o sentido da locução adverbial “decentemente trajados”?

No caso específico das deputadas mulheres:

qual o sentido da expressão “decentemente trajad[ajs]”?
qualquer tipo de roupa ou vestimenta é permitido às deputadas mulheres durante sua permanência em plenário?
quais trajes e vestimentas são então permitidos para as mulheres em plenário e quais não o são?

podem elas ser retiradas do plenário, tal qual os deputados homens que insistam em permanecer no recinto sem terno ou gravata, caso adentrem-no sem estarem “decentemente trajadas”?

Entendemos que o tema reclama apreciação pela Presidência, já que o Regimento Interno não traz disciplina específica e pormenorizada sobre a matéria, e que se faz necessário este esclarecimento para fins de aplicação isonômica do regimento e suas disposições, sem distinções indevidas entre os deputados homens e as deputadas mulheres.

São estas as razões que nos levam a dirigir a Vossa Excelência a presente questão de ordem.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2023.

Deputado Gil Diniz – PL

26 DE ABRIL DE 2023

27ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, LUIZ CLAUDIO MARCOLINO, CAPITÃO TELHADA e DR. ELTON

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência.

7 - SOLANGE FREITAS Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - ANDRÉA WERNER Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI Faz homenagem aos servidores da carreira de auditor de controle externo.

10 - VITÃO DO CACHORRÃO Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - CAPITÃO TELHADA Assume a Presidência.

12 - PAULO MANSUR Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - DR. ELTON Assume a Presidência.

15 - CARLOS CEZAR Para comunicação, faz pronunciamento.

16 - PRESIDENTE DR. ELTON Cumprimenta autoridades presentes no plenário.

17 - CAPITÃO TELHADA Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - PRESIDENTE DR. ELTON Endossa o pronunciamento do deputado Capitão Telhada.

GRANDE EXPEDIENTE

19 - VINICIUS CAMARINHA Para comunicação, faz pronunciamento.

20 - PRESIDENTE DR. ELTON Cumprimenta autoridades presentes no plenário.

21 - TOMÉ ABDUCH Por inscrição, faz pronunciamento.

22 - PRESIDENTE DR. ELTON Endossa o pronunciamento do deputado Tomé Abduch.

23 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.

24 - DONATO Por inscrição, faz pronunciamento.

25 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS Por inscrição, faz pronunciamento.

26 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.

27 - BETH SAHÃO Por inscrição, faz pronunciamento.

28 - BETH SAHÃO Pelo art. 82, faz pronunciamento.

29 - BETH SAHÃO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

30 - PRESIDENTE DR. ELTON Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 27/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Com a palavra o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra o deputado Vinicius Camarinha. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.)

Com a palavra a deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará uso regimental por até cinco minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, hoje eu quero tratar de um assunto que, muitas vezes, o pessoal trata com tabu para o Partido dos Trabalhadores, mas é um tema que durante o governo Lula, de 2003 até 2010 e, depois, durante o governo da presidenta Dilma, de 2010 até 2016, antes que ocorresse o golpe no nosso País... Algumas áreas importantes o governo do presidente Lula do Partido dos Trabalhadores investiu de forma estrutural.

Primeiro, foi a criação do “Simples Nacional”, que muitos profissionais liberais, muitos pequenos empresários, hoje, têm um pagamento da sua estrutura tributária de forma facilitada, a partir do “Simples Nacional”, que foi estruturado pelo Partido dos Trabalhadores.

Depois, no mesmo período, o Partido dos Trabalhadores teve outro grande projeto, inclusive eu acompanhei a criação do Microempreendedor Individual, que quando ele foi montado, foi montado de forma interministerial, e um dos ministros que acabou na organização do Estado foi o ministro Pimentel, na época.

Depois acompanhamos o ministro Marinho também, pelo Ministério do Trabalho, que acompanhava também a estruturação dos ministérios. Inclusive o estado de São Paulo tinha participação nesse grupo interministerial, a gente acompanhava pela Central Única dos Trabalhadores e pelo Sindicato dos Bancários, na época.

Então o Microempreendedor Individual foi um projeto estruturado pelo Partido dos Trabalhadores para garantir que o trabalhador e a trabalhadora que tem a sua renda, que tem ali o seu pequeno negócio mas não tinha uma nota fiscal, não tinha um CNPJ, não podia ter até um trabalhador vinculado ao seu CNPJ, pudesse ter direito a fazer uma encomenda para uma creche, para uma escola, uma delegacia de polícia ou mesmo para o setor privado. Não tendo CNPJ, não tendo nota fiscal ou mesmo aquela renda que ela tinha ou que ele tinha individualmente, não podia ser executado.

Então o MEI foi importante. Hoje nós temos milhares de pessoas Brasil a fora que são empreendedores individuais, têm direito à licença-maternidade, ao Seguro-Desemprego, ao seguro-doença, têm o direito à aposentadoria, que são formalizados a partir do MEI.

Mostrando duas questões importantes no governo passado, que foram a questão do Simples Nacional e a questão do Microempreendedor Individual, demonstrando que o Partido dos Trabalhadores também tem uma preocupação com a micro e a pequena empresa, tem uma preocupação com a formalização dos empreendedores e dos empresários do nosso país.

Muitas vezes a gente olha e vê apenas algumas referências de alguns partidos de direita defendendo ações como essa. É importante deixar claro que foi o Partido dos Trabalhadores que fez esse movimento, e nós estamos vendo hoje... Foi anunciado nessa semana o presidente Lula, mais uma vez, reeditando a questão do Pronampe.

O Pronampe é um valor que a micro e a pequena empresa hoje têm direito a conseguir um empréstimo. Esse processo começou durante a pandemia, mas sabemos que tem muitos empresários, muitos comerciantes que até agora não conseguiram se reestabelecer pós-pandemia.

Então essa é mais uma ação do presidente Lula, do governo federal ajudando a micro e a pequena empresa, ajudando o micro e o pequeno empresário do nosso país a poder pagar, nos próximos meses, o que deve do empréstimo que foi feito. Mais uma ação que o governo federal, que o Partido dos Trabalhadores está desenvolvendo para ajudar a micro e a pequena empresa também, no nosso Estado e no nosso País.

Uma outra ação que vai ser apresentada na semana que vem: o BNDES, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social, vai desenvolver uma série de medidas, inclusive com recursos para o financiamento de máquinas e equipamentos, um investimento que será feito também no agronegócio.

O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, além de investir na agricultura familiar, também vai lançar uma linha de crédito voltada para o agronegócio no estado de São Paulo e em todo o País na Agrishow.

Nos próximos dias será apresentada uma nova linha de crédito voltada para máquinas e equipamentos para os agricultores do nosso Estado. Então, demonstrando que o Partido dos Trabalhadores é um partido que defende a Saúde, defende a Educação, a Mobilidade, a Segurança Pública, mas também são ações que nós fizemos desde o governo passado e voltamos a reestruturar o apoio à micro e à pequena empresa do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista dos oradores inscritos, com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Lucas Bove. (Pausa.) Com a palavra a deputada Carla Morando. (Pausa.) Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Chamo o deputado Marcolino para continuar presidindo a sessão.

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, para fazer o uso regimental por cinco minutos no Pequeno Expediente. Vai lá o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, quero informar a todos e a todas que nós, recentemente, acionamos o Ministério Público para que os governos estadual e municipal aqui de São Paulo Capital, façam o cumprimento de uma lei federal, uma lei importante, que foi aprovada no Congresso Nacional, em 2019.

A lei foi aprovada, foi vetada pelo governo Bolsonaro. É uma lei importante, que tem a ver com o debate que nós estamos fazendo hoje sobre a violência nas escolas. A lei foi vetada pelo Bolsonaro, pelo governo genocida, protofascista, contra a Educação. Mas nós derrubamos o veto. O Congresso Nacional derrubou o veto e promulgou a lei. Me refiro à Lei nº 13.939, de 2019.

É uma lei federal que garante, em todas as escolas públicas do Brasil, a presença de psicólogos e assistentes sociais. A lei é federal. Lembro que aqui neste plenário da Assembleia Legislativa foram aprovadas duas leis com o mesmo teor, que foram vetadas pelas gestões dos governadores do PSDB, do tucanistão, que governou esse estado durante 28 anos.

Então, em duas oportunidades, nós aprovamos projetos similares a esse e os governos tucanos vetaram a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas da rede estadual, nas nossas quase 5 mil escolas do estado de São Paulo. Então nós não conseguimos ainda derrubar os vetos na Assembleia Legislativa. Porém, nós temos a lei federal, que tem que ser cumprida.

Nós temos que ter a presença, o atendimento em todas as escolas públicas do Brasil, na verdade. Porque a lei é federal. Todos os municípios devem implantar, devem cumprir essa importante legislação que tem a ver também com o combate à violência, ajuda nesse sentido. É um fator a mais para combater a violência.

Não só por isso. Nós temos a questão da saúde mental, do apoio psicológico. Nós temos a questão da assistência social também, que é uma questão gravíssima hoje em nossas escolas. Nós precisamos que as escolas tenham uma rede de proteção, inclusive social, também.

Porque, muitos problemas, a escola não consegue resolver sem a ajuda da Saúde, da Segurança, e de tantos outros setores governamentais, de outras instituições, do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Por isso que a lei foi aprovada e promulgada pelo próprio Congresso Nacional.

Mas São Paulo não cumpre a lei. O governo estadual não cumpre. A prefeitura de São Paulo não cumpre a lei. Por isso, nós acionamos o Ministério Público. Aqui, foi uma representação assinada não só pelo meu mandato, mas também pelo mandato da deputada federal do PSOL de São Paulo, a professora e supervisora de ensino Luciene Cavalcante; pelo vereador da Capital, da Comissão de Educação, vereador Celso Giannazi.

Então nós assinamos que o governo estadual cumpra a lei, e o governo municipal também. Logicamente, nós queremos estender esse cumprimento a todos os 645 municípios do estado de São Paulo.

E lembrando, só para concluir, que hoje nós estaremos, daqui a pouco, na avenida Paulista, num grande ato, numa grande manifestação. Que não vai ocorrer só na avenida Paulista, mas em várias regiões do Brasil, em defesa da Educação, contra a violência nas escolas, pelo cumprimento do piso nacional do Magistério, que não é cumprido no estado de São Paulo, que cumpre de uma forma irregular, através de abono complementar. Isso é proibido pela Lei nº 11.738.

Então a nossa pauta é imensa. É uma manifestação nacional em defesa da Educação e dos profissionais da Educação. Agora, às 17 horas, estaremos todos lá, na Paulista, apoiando esse importante movimento. Aqui em São Paulo, a pauta é grande.

Além dessas duas, que são pautas do Brasil inteiro, tem a pauta da nossa luta pelas APDs, para que elas sejam cumpridas em local de livre escolha do professor, a volta das faltas abonadas, da falta-aula, também de tantos outros itens.

Contra o fechamento de salas de aula em todo o estado de São Paulo, contra a redução do orçamento da Educação, que já foi anunciada pelo governador Tarcísio de Freitas e que nós somos totalmente contra; faremos tudo para que esse projeto não seja aprovado.

Enfim, nossa pauta aqui é imensa, uma pauta de luta e de resistência, em defesa da educação pública e dos profissionais da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Obrigada, deputado Carlos Giannazi. Dando sequência aos oradores do Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Reis. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos para falar no Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, o presidente, deputado Luiz Claudio Marcolino, todos os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, os integrantes da Polícia Militar, o público presente e todos aqueles que nos acompanham pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, ontem eu falei nesta tribuna sobre a questão das policiais femininas, as investigadoras e escrivãs de polícia gestantes, que estão sendo obrigadas a trabalhar em escalas extra, escalas de 12 horas, período noturno. São questões que têm chegado ao nosso mandato, e nós estamos fazendo uso aqui da tribuna para falar a respeito desses problemas.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

Problemas da saúde mental dos policiais. O índice de suicídios, que nós também estamos levantando: está pandêmico o número de suicídios na Polícia Civil e na Polícia Militar.

E agora me chegou mais um problema,